



# Anais da Assembléia

Nº 135

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE JANEIRO DE 1990

ANO XVI

## RESOLUÇÃO Nº 01/90

DATA: 10 de janeiro de 1990.

SÚMULA: Fica ratificado o Termo de Convênio nº 081/90 celebrado em 17 de outubro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes e a URBS - Urbanização de Curitiba S/A, objetivando implementar e viabilizar o projeto Prática Educacional de Trânsito, que tem por escopo educar e transmitir conhecimentos sobre a prevenção de acidentes aos alunos das escolas de Curitiba. (Mensagem do Poder Executivo nº 121/89).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o Termo de Convênio nº 081/89 celebrado, por motivo de urgência, em 17 de outubro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes e a URBS - Urbanização de Curitiba S/A, objetivando implementar e viabilizar o Projeto Prática Educacional de Trânsito, que tem por escopo educar e transmitir conhecimentos sobre a prevenção de acidentes aos alunos das escolas de Curitiba.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 10.01.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

### 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 9.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO DE CONVOCAÇÃO REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 1990

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

Às dezenove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César,

Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Paulo Furiatti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Eu gostaria de um esclarecimento com relação ao interstício de uma para outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência devia ter discutido e esclarecido quando a Mesa votou a dispensa do interstício, na sessão de hoje.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 05/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 04/90), que dispõe sobre a contratação de servidores, em casos de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço, da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 05/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - A administração pública, direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado do Paraná, fica autorizada a contratar servidores, em casos de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço.

Art. 2º - A contratação a que se refere o artigo anterior se dará mediante a realização de teste seletivo e será ordenada por despacho fundamentado do Chefe do respectivo Poder, que declarará a necessidade e o interesse público, após a manifestação dos órgãos envolvidos.

§ 1º - As solicitações de contratações a que se refere esta lei deverão conter justificativa pormenorizada sobre a necessidade das mesmas e a caracterização da temporariedade do serviço a ser realizado.

§ 2º - O contrato, improrrogável, terá prazo máximo de um ano, sendo vedada a recontratação.

Art. 3º - Os salários dos servidores contratados nos termos desta lei não poderão, em hipótese alguma, ser superiores aos pagos a servidores que exerçam funções análogas no Estado.

Art. 4º - O Chefe do respectivo Poder regulamentará esta lei, em trinta dias, atendendo às peculiaridades de cada área de atuação do Estado.

Art. 5º - Efetivada a contratação autorizada por esta lei, o órgão responsável encaminhará a respectiva documentação ao Tribunal de Contas do Estado, para fins de registro (art. 75, III, da Constituição Estadual).

Art. 6º - Em caráter de excepcionalidade, os Poderes Estaduais poderão, em atendimento ao disposto no artigo 43, da Constituição do Estado do Paraná, autorizar a cessão ou permuta de servidores a unidades da Federação e Municípios, ou dentro do próprio Estado, num prazo de um ano, prorrogável ou não, no superior interesse da Administração Pública.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 01 de janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) PIRAJÁ FERREIRA;  
Presidente

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente determinou a suspensão dos trabalhos da presente sessão por alguns instantes, a fim de ser lavrada a presente Ata. - Reaberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da última Sessão Ordinária do Pe-

Presidente declarou encerrado o Período de Convocação Extraordinária e convocou os Srs. Deputados a se reunirem neste Plenário às quatorze horas e trinta minutos do dia 15 de fevereiro, ocasião em que, em atendimento ao disposto pelo artigo 61 da Constituição do Estado do Paraná, será realizada a Sessão de Instalação da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Atos das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.ª LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 7.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de dezembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se extraordinariamente, na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Acir Mezzadri, Cândido Bastos e Homero Oguido. Havendo número legal o Senhor Presidente autorizou o início dos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 253/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 258/89, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 263/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 71/89. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) KIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

WILSON PENKA

Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

11.ª LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente, na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Kielse Crisóstomo, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Cândido Bastos, Ezequias Losso, José Rogério e Homero Oguido. Havendo número legal o Senhor Presidente autorizou o início dos trabalhos. Não ha-

vendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 301/89, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 762/89. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 346/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 86/89. Relator Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Em tempo: Projeto de Lei n° 194/89, de autoria da Deputada Amélia Hruschka. Relator Deputado José Rogério. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, em reunião do dia 21 de agosto de 1989. Os Deputados Cândido Bastos e Ezequias Losso usaram da palavra para congratularem-se com o Senhor Presidente da Comissão pela maneira democrática e dinâmica que vem conduzindo os

trabalhos desta Comissão. O Deputado Kielse Crisóstomo, agradece estas palavras e diz que se não fosse a participação dos senhores membros da Comissão, não poderíamos realizar o nosso trabalho. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar a produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) KIELSE CRISÓSTOMO  
Presidente  
WILSON PENKA  
Secretário